COVID-19: Normativo - leia as medidas executivas, legislativas e tributárias que podem auxiliar no seu negócio

08.07.2020 4 minutos de leitura

Autores

Ana Cândida de Mello Carvalho

André Macedo de Oliveira

Leandro Bittencourt Marcondes

Lígia Regini

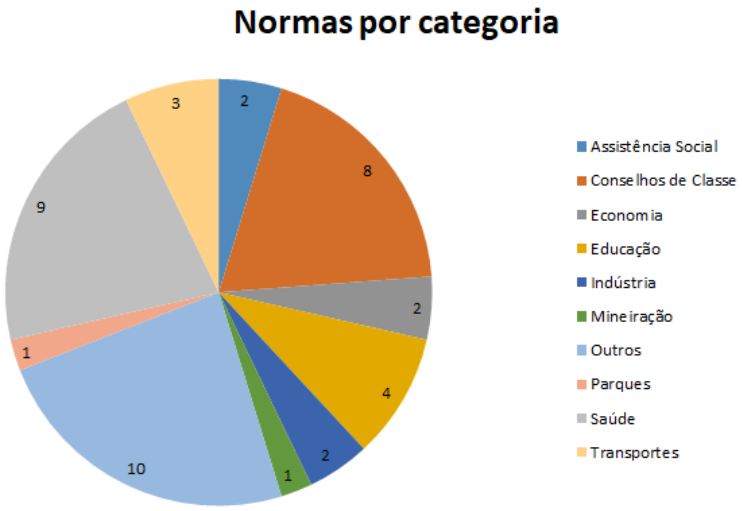
Giovani Menicucci

Sarah Roriz de Freitas Pimenta

COVID-19 NO EXECUTIVO

Conselhos de Classe, Agências Reguladoras e mais órgãos editaram importantes normativos ao longo da semana. Nosso time separou aqueles que merecem a sua atenção e que podem fazer a diferença no seu negócio no contexto da pandemia da COVID-19.

Confira abaixo uma amostra dos normativos por categoria e clique no gráfico para checar cada um deles:



COVID-19: TRIBUTÁRIO

Receita Federal e PGFN suspendem prazos até 31 de julho de 2020

Por meio da Portaria nº 1.087, de 30 de junho de 2020, a Receita Federal suspendeu até 31 de julho de 2020 a prática de atos processuais no âmbito da Receita, bem como emissão de aviso de cobrança e procedimento de exclusão do contribuinte do parcelamento, no caso de inadimplemento de parcelas.

No mesmo sentido, a PGFN editou a Portaria nº 15.413, suspendendo até a mesma data a apresentação de protesto em dívida ativa, o início de procedimento de exclusão de parcelamento, no caso de inadimplemento, prazos para apresentação de impugnações e recursos no PARR e PERT, prazo para oferta de garantia antecipada em execução fiscal, para pedido de

revisão de dívida inscrita e recurso contra decisão que o indeferir, bem como prazo para adesão à transação extraordinária.

- Acesse a Portaria nº 1.087
- Acesse a Portaria nº 15.413

Prefeitura de São Paulo suspende ajuizamento de execuções fiscais e cobrança de débitos inscritos até 14 de julho de 2020

A Prefeitura de São Paulo, por meio do Decreto nº 59.560, de 29 de junho de 2020, prorrogou ate 14 de julho de 2020 os prazos referentes a processos administrativos, bem como o ajuizamento de execuções fiscais e adoção de outros mecanismos extrajudiciais de cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa, salvo os que possam prescrever durante o período.

- Acesse o Decreto nº 59.560

COVID-19 NO LEGISLATIVO

Como parte das medidas para enfrentar os efeitos causados pela Pandemia da COVID-19, deputados e senadores têm enfrentado temas como a dificuldade de **acesso ao crédito** por parte de **microempreendedores**, suspensão da quantidade mínima de **dias letivos**, medidas relacionadas ao **setor aéreo** e também à **agricultura familiar.** Outro tema que ganhou destaque ao longo da última semana foi o dos **aplicativos de entrega.**

Para uma análise mais detalhada do que foi apresentado ao longo da última semana, destacamos as proposições abaixo. Basta clicar no link com o número do normativo para acessá-lo na íntegra:

- **Importação**

Proposta para simplificação do processo habilitação no Sistema de Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar) e de obtenção de Autorização para Funcionamento de Empresa (AFE) para empresas importadoras de insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública (PL 3637/2020).

- **Tributos**

Proposta de critério especial sobre tributação aduaneira para o ano-calendário 2020 em razão da crise sanitária da COVID-19 (PL 3585/2020).

- **Indústria Tabagista**

Proposta de alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins devida pelos fabricantes de cigarros (PL 3558/2020).

- **Aplicativos**

Proposta que institui a Lei de Proteção dos Trabalhadores de Aplicativos de Transporte Individual Privado ou Entrega de Mercadorias (LPTA) (PL 3570/2020).

Proposta sobre o afastamento remunerado por razões de saúde dos trabalhadores vinculados às empresas que contratam serviços aplicativos virtuais (PL3538/2020).

Proposta para fornecimento de Equipamentos Individuais de Proteção aos trabalhadores vinculados às empresas que contratam serviços aplicativos virtuais (PL 3554/2020).

Proposta sobre os direitos dos entregados que prestam serviços a aplicativos de entrega (PL 3597/2020).

Proposta sobre o uso de Equipamentos e materiais de Proteção por trabalhadores das empresas que contratam serviços aplicativos virtuais e dar outras providências (PL 3594/2020).

Proposta para obrigar as operadoras de aplicativos de entrega a manter base de apoio visando o mínimo de comodidade aos entregadores (PL 3572/2020).

- **Educação**

Proposta para garantir o direito de rematrícula ou renovação de matrícula aos alunos das instituições de ensino privadas até o ano de 2022 (PL 3601/2020).

Proposta que estabelece normas educacionais excepcionais durante o estado de calamidade pública (Projeto de Lei de Conversão nº 22/2020).

- **Ambiental**

Proposta sobre a suspensão da exigência de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais para fins de obtenção do Certificado de Licenciamento Anual (PL 3587/2020).

- **Propriedade Intelectual**

Proposta que dispõe sobre propriedade intelectual (PL 3556/2020).

- **Notários e Registradores**

Proposta que altera a Lei dos Cartórios para prever a prestação remota dos serviços notariais e de registro (PL 3541/2020).

Quer receber nossos conteúdos no seu e-mail? **Faça seu cadastro.**

LEIA TAMBÉM:

Gerenciamento de crise em tempos de coronavírus

Medidas Necessárias Visando à Prevenção, Controle e Mitigação dos Riscos de Transmissão da COVID-19 nos Ambientes de Trabalho

Série "BMA Debates" discute "O mundo do trabalho pós-pandemia: novos desafios jurídicos"; reveja o webinar

Livro "Energia: reflexões e perspectivas" é lançado com debate virtual; reveja o bate-papo e faça download

Microempreendedores e Terceiro Setor: impactos jurídicos em tempos de COVID-19 pelo olhar trabalhista, tributário, imobiliário e de compliance

As privatizações e investimentos em infraestrutura como instrumentos da retomada do crescimento econômico; assista ao webinar

Webinar discute a COVID-19 e os desafios do retorno ao trabalho presencial

Guia de Compliance no enfrentamento à pandemia da COVID-19; baixe o material exclusivo

Crédito da imagem: Pressfoto/Freepik

› PROFISSIONAIS

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Ana Cândida de Mello Carvalho



André Macedo de Oliveira



Leandro Bittencourt Marcondes



Lígia Regini



Giovani Menicucci



Sarah Roriz de Freitas Pimenta